

# O ESTADO DA ÍNDIA E AS COMPANHIAS DAS ÍNDIAS ORIENTAIS NEERLANDESA E INGLESA NO ÍNDICO OCIDENTAL, 1600-1635

ANDRÉ MURTEIRA\*

Como é sabido, os portugueses instalaram-se na Ásia no princípio do século XVI, depois da viagem inaugural de Vasco da Gama em 1498. Durante o chamado período da União Ibérica (1580-1640) – em que Portugal foi parte da Monarquia Hispânica –, os portugueses na Ásia entraram, pela primeira vez na sua história, em conflitos importantes com outros europeus, designadamente com ingleses e neerlandeses, chegados ao Oriente por volta de 1600.

No caso dos neerlandeses, estes conflitos devem ser vistos no contexto da chamada Guerra dos Oitenta Anos (1568-1648), a longa guerra de independência travada pela nascente República das Províncias Unidas contra a Monarquia Hispânica. O confronto confinou-se a princípio à região dos Países Baixos, mas “mundializou-se” por volta de 1600, em resultado da expansão marítima dos mercadores neerlandeses na última década do século XVI. Esta levou-os a regiões fora da Europa ocupadas ou frequentadas previamente por súbditos ibéricos da Monarquia Hispânica – portugueses e castelhanos – que negavam aos recém-chegados o direito de as visitar, provocando inevitavelmente conflitos. Dentre eles, os choques luso-neerlandeses na Ásia foram dos mais importantes.

A situação foi, até certo ponto, diferente com os ingleses. Tal como as Províncias Unidas, a Inglaterra esteve em guerra com a Monarquia Hispânica na Europa, guerra esta que foi similarmente transposta para regiões

---

\* Investigador do Centro de História de Além-Mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Bolseiro de doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia - Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

E-mail: andremurteira@gmail.com

fora do continente europeu onde havia ibéricos presentes, sobretudo para a zona do Caribe. Em 1604, porém, o recém-coroadado Jaime I firmou a paz com D. Filipe II, pondo fim à guerra anglo-hispânica de 1585-1604. A *East India Company* – a famosa Companhia das Índias inglesa, que estabeleceu pela primeira vez ligações marítimas regulares entre a Inglaterra e a Ásia – fora fundada pouco antes, em 1600. Mesmo depois da paz, a Monarquia Hispânica continuou a não aceitar a presença inglesa no Oriente, mas a inexistência de uma situação de guerra entre os dois poderes na Europa desde 1604 – a não ser, brevemente, em 1625-1630 – terá condicionado a atitude da companhia perante os portugueses na Ásia, contribuindo para diferenciá-la de maneira importante da posição em regra mais agressiva da sua congénere neerlandesa, a *Vereenigde Oost-Indische Compagnie* (Companhia Unida da Índia Oriental), melhor conhecida por VOC.

Neste artigo, é minha intenção analisar as relações do Estado da Índia – nome dado na época moderna ao conjunto das possessões portuguesas na Ásia – com a VOC e a *East India Company* durante o período da União Ibérica, prestando particular atenção ao Índico Ocidental – o centro da presença portuguesa no Oriente – e à efémera aliança anti-ibérica das duas companhias em 1620-1623. Tentarei alegar que a breve vida desta aliança – prevista para vigorar vinte anos, não durou mais de quatro – apontava já para a existência de diferenças importantes entre as políticas das duas organizações em relação ao Estado da Índia, diferenças que se acentuaram e clarificaram decisivamente na década de 30 do século XVII, à medida que se acentuou ainda mais a diferença entre a situação financeira das duas companhias em favor da VOC.

## 1. A VOC e o Estado da Índia no Índico Ocidental

A região do Oceano Índico Ocidental era o centro do Estado da Índia. Era lá que estava a sua capital, Goa, e o grosso das suas posições e dos seus recursos humanos e militares, sobretudo na costa ocidental da Índia e no Sri Lanka, ou Ceilão (já na transição entre as zonas ocidental e oriental do Índico). Quando os neerlandeses apareceram pela primeira vez na Ásia, em 1595-1597, com a expedição pioneira de Cornelis de Houtman, rumaram propositadamente para longe da zona, na direcção de Banten, em Java, onde esperavam não terem de encontrar portugueses. Ao contrário do que por vezes se pensa, os primeiros navios das Províncias Unidas que foram ao Oriente estiveram até 1603 quase sempre proibidos de atacar sem mais os portugueses e castelhanos que encontrassem, sendo autorizados a recorrer à violência apenas em legítima defesa<sup>1</sup>. A proibição não bastou, no entanto,

---

<sup>1</sup> J. van GOOR, *De Nederlandse koloniën – geschiedenis van de Nederlandse expansie, 1600-1975*, 's Gravenhage, SDU Uitgeverij Koninginnegracht, 1994, p. 36; V. ENTHOVEN, *Zeeland en de opkomst van de Republiek – handel en strijd in de Scheldedelta, c. 1550-1621*, Leiden, 1996,

para evitar uma série de incidentes que contribuiu para uma rápida mudança de atitude<sup>2</sup>.

Em 1602, todas as companhias neerlandesas que comerciavam com a Ásia fundiram-se numa companhia única, a VOC, à qual foi outorgado pelos Estados-Gerais da República o monopólio do trato com o Oriente<sup>3</sup>. A fusão fora já precedida por fusões regionais entre algumas companhias na Zelândia e em Amesterdão, mas só a intervenção dos Estados permitiu criar uma companhia única, depois de negociações bastante difíceis. A motivação inicial para a intervenção foi económica: havia que acabar com a concorrência fratricida entre as diferentes companhias, que aumentava o preço de compra das especiarias na Ásia e fazia descer o de venda na Europa, pondo em causa a viabilidade do novo comércio que se começava a explorar. Mas o poder político apercebeu-se rapidamente de que os largos recursos militares ao alcance de uma companhia única podiam também fazer dela uma arma na guerra contra D. Filipe II<sup>4</sup>: pô-la a atacar os ibéricos no Oriente permitiria aumentar as despesas militares do rei Habsburgo longe dos Países Baixos, cortando-lhe, ao mesmo tempo, receitas, tudo sem envolvimento directo das

---

pp. 195-199; I. van Loo, "For Freedom and Fortune. The Rise of Dutch Privateering in the First Half of the Dutch Revolt, 1568-1609", em M. van der Hoeven (ed.), *Exercise of Arms – Warfare in the Netherlands (1568-1648)*, Leiden, Brill, 1997, pp. 182-185.

<sup>2</sup> L. BLUSSÉ e G. WINIUS, "The Origin and Rhythm of Dutch Aggression against the Estado da Índia", em G. Winius, *Studies on Portuguese Asia, 1495-1689*, Aldershot, Ashgate, 2001, artigo IV, pp. 73-77; E. van VEEN, *Decay or Defeat? An Inquiry into the Portuguese Decline in Asia, 1580-1645*, Leiden, CNWS Publications, 2000, pp. 177-187; R. M. LOUREIRO, "Early Portuguese Perceptions of the 'Dutch threat' in Ásia", em L. Blussé e E. van Veen (eds.), *Rivalry and Conflict – European Traders and Asian Trading Networks in the 16<sup>th</sup> and 17<sup>th</sup> Centuries*, Leiden, CNWS Publications, 2005, pp. 166-187. Para a história factual detalhada dos conflitos luso-neerlandeses na Ásia na primeira metade do século XVII, continua ainda a ser indispensável a consulta dos trabalhos tradicionais de história naval de N. Macleod e de Alfredo Botelho de Sousa. O último autor teve o mérito de recorrer de maneira extensiva a bibliografia primária e secundária em neerlandês, facto raro na historiografia portuguesa. A sua longa e densa narração dos recontros navais luso-neerlandeses no Oriente foi utilmente sumariada por Saturnino Monteiro no seu importante trabalho de divulgação sobre a história naval portuguesa. N. MACLEOD, *De Oost-Indische Compagnie als zeemogendheid in Azië*, 2 vols., Rijswijk, Blankwaardt & Schoonhoven, 1927; A. Botelho de SOUSA, *Subsídios para a historia militar marítima da Índia (1585-1669)*, 4 vols., Lisboa, Imprensa da Armada, 1930-1956; S. MONTEIRO, *Batalhas e combates da Marinha portuguesa*, vols. IV-VI, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1993-1995. Veja-se também M. M. Sobral BLANCO, *Os holandeses e o império oriental português*, tese de Licenciatura, 2 vols., Universidade de Lisboa, 1975; J. C. Silva JESUS, *As armadas do Sul: a navegação militar no Índico Oriental, 1580-1607*, tese de Mestrado, Universidade de Lisboa, 1998; L. Ramalhosa GUERREIRO, "O declínio português no Índico e a hegemonia holandesa (1596-1650)", *Clío*, 10 (2004), pp. 111-134; Por fim, para duas sínteses recentes, veja-se S. SUBRAHMANYAM, *The Portuguese Empire in Asia, 1500-1700: a Political and Economic History*, Londres, Longman, 1993, pp. 144-180; VEEN, *o. cit.*, pp. 125-207.

<sup>3</sup> J. van GOOR, *o. cit.*, pp. 32-37; F. S. GAASTRA, *De geschiedenis van de VOC.*, Zutphen, Walburg Pers, 2002 (4.<sup>a</sup> edição, revista), pp. 16-23; H. den HEIJER, "De Staten-Generaal en de oprichting van de VOC", em J. R. Bruijn *et alri*, *Roemrucht verleden – De Staten-Generaal en de VOC*, Den Haag, Tweede Kamer der Staten-Generaal, 2002, pp. 8-23.

<sup>4</sup> GAASTRA, *o. cit.*, pp. 19-20.

forças militares da República, sem meios para atacar ela própria o inimigo tão longe de casa.

Já em 1602, pouco antes de seguir para a Ásia a primeira frota da VOC, os Estados-Gerais recomendaram à Companhia que enviasse menos navios ao Oriente do que até então se enviara, mas integrados em frotas maiores, bem armadas e providas de gente, para que pudessem não só comerciar livremente, como também infligir danos a ibéricos e proteger os parceiros comerciais asiáticos dos neerlandeses<sup>5</sup>. A VOC acatou a recomendação e a mudança de política que ela implicava tornou-se clara com a esquadra que largou para a Ásia no fim de 1603, sob o comando de Steven van der Hagen, que, aos propósitos comerciais das expedições anteriores, juntava já objectivos declaradamente militares<sup>6</sup>.

A expedição de van der Hagen inaugurou um breve período em que a actuação ofensiva contra o Estado da Índia foi uma prioridade da VOC. Além de um raide de corso em 1604 no Índico Ocidental contra a navegação portuguesa – que levou a esquadra ao Canal de Moçambique, a Goa e ao Malabar, no Sudoeste da Índia, onde se firmou um tratado de aliança com o reino local de Calecute, o inimigo tradicional dos portugueses na região –,

<sup>5</sup> ENTHOVEN, *o. cit.*, p. 201.

<sup>6</sup> As instruções escritas que van der Hagen levava eram precedidas de uma introdução em que se anunciava e fundamentava a decisão de tomar a ofensiva na Ásia contra castelhanos, portugueses e seus aliados. Invocava-se, para tal, a oposição violenta dos portugueses ao comércio que os neerlandeses haviam começado a praticar em boa amizade com povos orientais, citando-se expressamente casos de ataques lusos a Banten, a Amboíno e a outras ilhas de Maluku, em represália pelos contactos estabelecidos pelos locais com os neerlandeses. Referia-se também a execução injusta em Macau, na China, de quinze ou dezasseis neerlandeses que procuravam somente reabastecer-se em terra, e homicídios semelhantes em Tidore, e noutros sítios não nomeados. Mencionava-se, por fim, o incitamento e o suborno de autoridades locais por portugueses para actuarem contra neerlandeses, de que teria resultado a execução e o cativeiro de muitos deles, como em Banten e no Achém, em Samatra. Por tudo isto, a VOC, para sua protecção, dos povos orientais seus amigos e do comércio mantido com eles, declarava a sua intenção de atacar castelhanos, portugueses e aliados, para o que fora já autorizada pelos Estados-Gerais. Em conformidade com tal intenção, nas instruções propriamente ditas mandava-se van der Hagen ir, em primeiro lugar, ao Canal de Moçambique, entre Madagáscar e a costa oriental africana, esperar e atacar as naus vindas de Portugal na sua viagem para o Oriente. Deveria em seguida rumar à costa ocidental indiana, onde, além de procurar estabelecer alianças com príncipes locais e destruir todos os navios portugueses que encontrasse, desfaldaria a bandeira das Províncias Unidas defronte de Goa, a capital das possessões portuguesas na Ásia. Só depois se dirigiria ao Estreito de Malaca e ao Arquipélago Indonésio, onde, primeiro, tentaria encorajar e ajudar o sultanato malaio de Johor contra a posição portuguesa de Malaca, na Península Malaia, que a Companhia ambicionava tomar, prosseguindo subsequentemente para Maluku, donde tinha ordens para expulsar portugueses e castelhanos. J. K. J. de JONGE, *De opkomst van het Nederlandsch gezag in Oost Indie*, vol. III, 's Gravenhage, Martinus Nijhoff, 1865, pp. 29 e 146-147. Sobre esta expedição em geral, "Beschrijvinghe van de tweede Voyagie... Onder den Heer Admiraal Steven vander Hagen...", em Izaäk Commelin (ed.), *Begin ende voortganh van de Nederlantsche geotroyeerde Oost-Indische Compagnie. Vervattende de voornaemste reysen bij de inwoonderen derselver provinciën derwaerts gedaen...*, vol. III, Amsterdam, 1646 (reedição fac-similada, Amsterdam, Facsimile Uitgaven Nederland, 1969), relato I; JONGE, *o. cit.*, vol. III, pp. 26-46, 145-213.

o comandante neerlandês cercou e tomou em 1605 a fortaleza portuguesa de Amboíno, na Indonésia Oriental, enquanto um subordinado seu tomava no mesmo ano o forte luso de Tidore, no arquipélago de Maluku, também na Indonésia Oriental. Outra esquadra, partida da Europa em 1605 e comandada por Cornelis Matelieff, cercou sem sucesso a praça portuguesa de Malaca, na Malásia, em 1606<sup>7</sup>. Por fim, duas esquadras posteriores, comandadas por Paulus van Caerden e Willem Verhoeff, repetiram em 1607 e 1608 a incursão de corso de van der Hagen no Índico Ocidental, cercando as duas sem êxito a fortaleza portuguesa da Ilha de Moçambique, ao largo da actual costa moçambicana<sup>8</sup>.

Pode dizer-se que, desde a partida para a Ásia de van der Hagen, a VOC viveu em situação de guerra aberta com o Estado da Índia durante o período restante da União Ibérica, mesmo durante a trégua hispano-neerlandesa de 1609-1621, que não teve praticamente efeito no Oriente<sup>9</sup>. No entanto, a análise da cronologia e da geografia dos conflitos luso-neerlandeses na Ásia mostra que, depois dos dois cercos de Moçambique e das três incursões de corso no Índico Ocidental da primeira década do século XVII, os portugueses só foram atacados nesta última região pela Companhia – *de maneira sistemática e duradoura* – na segunda metade da década de 30<sup>10</sup>, quando a VOC iniciou em 1636 uma longa série de bloqueios navais anuais de Goa<sup>11</sup> e interveio na guerra de Ceilão entre o Estado da Índia e o reino cingalês de Kandy,

---

<sup>7</sup> Sobre esta expedição, “Historische Verhael van de treffelijcke Reyse”, em I. Commelin (ed.), *o. cit.*, vol. III, relato II; JONGE, *o. cit.*, vol. III, pp. 46-63, 213-255.

<sup>8</sup> Sobre estas duas expedições, ver A. de BOOY (ed.), *De derde reis van de V.O.C. naar Oost-Indie onder het beleid van admiraal Paulus van Caerden, uitgezeild in 1606*, 2 vols., ‘s Gravenhage, Martinus Nijhoff, 1968-1970; M. E. van OPSTALL (ed.) *De reis van de vloot van Pieter Willemsz Verhoeff naar Azië, 1607-1612*, 2 vols., ‘s Gravenhage, Martinus Nijhoff, 1972.

<sup>9</sup> As hostilidades entre castelhanos e neerlandeses foram rapidamente retomadas em Maluku, onde coexistiam a pouca distância. O sítio onde os portugueses e a VOC, por seu turno, coexistiam mais de perto era o Coromandel, no Sudeste da Índia, onde os primeiros assaltaram a feitoria da segunda, em Paleacate, em 1612. Em contrapartida, viram a sua última posição fortificada no Arquipélago Indonésio, em Solor, perto de Timor, tomada pela Companhia em 1613. Esta série de incidentes inaugurou uma década continuada de conflitos entre neerlandeses e ibéricos, não apenas na Ásia, mas também na costa da África Ocidental e na América, que provou a impossibilidade de fazer cumprir a trégua longe da Europa. Provisoriamente em paz com a Monarquia Hispânica no continente europeu, as Províncias Unidas mantiveram-se em guerra com ela fora dele. VEEN, *o. cit.*, pp. 187-188; S. SUBRAHMANYAM, “A empresa de Paleacate: o conflito luso-holandês no Sueste da Índia, 1610-1640”, em *Comércio e conflito – a presença portuguesa no Golfo de Bengala, 1500-1700*, Lisboa, Edições 70, 1994 (edição original em inglês: 1990), p. 209; A. de ROEVER, *De jacht op sandelhout - De V.O.C. en de tweedeling van Timor in de zeventiende eeuw*, Zutphen, Walburg Pers, 2002, pp. 121-126.

<sup>10</sup> BLUSSÉ e WINIUS, *o. cit.*, pp. 73-81; GAASTRA, *o. cit.*, pp. 39, 56; VEEN, *o. cit.*, pp. 204-207.

<sup>11</sup> Sobre esta série de bloqueios, veja-se R. BARENDSE, “Blockade: Goa and its Surroundings, 1638-1654”, em Blussé e Veen, *o. cit.*, pp. 232-266.

tomando Baticaloa em 1638 e dando com isso início a um processo de conquista das possessões portuguesas na ilha<sup>12</sup>.

Note-se que, em termos estritos de guerra em terra, não foram apenas as posições portuguesas do Índico Ocidental, o centro do Estado, a serem poupadas a ataques neerlandeses até aos anos 30, mas a quase totalidade dos domínios lusos na Ásia. É verdade que, como vimos, a Companhia lançou, pouco depois da sua fundação, uma série de assaltos a praças portuguesas: em 1605, conquistou Amboíno e Tidore, as duas fortalezas do Estado da Índia na Indonésia Oriental; em 1606, cercou e esteve a ponto de tomar Malaca, a praça portuguesa mais importante fora do Índico Ocidental; e, em 1607 e 1608, cercou duas vezes sem sucesso o forte da Ilha de Moçambique, escala tradicional dos navios vindos de Portugal. Foram, em balanço, cinco cercos que impressionaram e assustaram muito o Estado da Índia, apesar de só dois deles terem tido êxito, e isso na Indonésia Oriental, isto é na periferia mais distante do Estado.

No entanto, depois desta série de ataques, em trinta anos, até 1638, em Ceilão, só se registaram duas tentativas de conquista de posições portuguesas pela VOC: a tomada de Solor, perto de Timor, na Indonésia, em 1613 – que, ao contrário dos cercos anteriores de Amboíno e Tidore, não resultou numa ocupação permanente, nem na expulsão dos portugueses da região circundante<sup>13</sup> – e o assalto falhado a Macau, na China, em 1622<sup>14</sup>. Ou seja, em termos de guerra em terra, os anos 10 e 20 e a primeira metade dos anos 30 representaram claramente um período de acalmia entre o ataque inicial da Companhia, intenso mas sem continuidade, e a ofensiva *sustentada* da segunda metade da década de 30, quando, além dos ataques às posições portuguesas em Ceilão, a VOC pôs cerco a Malaca no final da década, tomando a cidade em 1641<sup>15</sup>. Pode dizer-se, assim, que a VOC só desencadeou uma verdadeira guerra de conquista, *sistemática e continuada*, contra os portugueses na segunda metade da década de 30, já muito perto da chamada Restauração de 1640<sup>16</sup>.

---

<sup>12</sup> Sobre o conflito luso-neerlandês em Ceilão em geral, veja-se G. WINIUS, *The Fatal History of Portuguese Ceylon: Transition to Dutch Rule*, Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 1972.

<sup>13</sup> Em 1615, apenas dois anos depois da tomada do forte de Solor, o mesmo foi evacuado pelos neerlandeses, para ser reocupado logo em 1618, evacuado outra vez em 1629 e reocupado novamente em 1645. Os portugueses – ou, melhor dizendo, a comunidade luso-asiática local – mantiveram, pelo contrário, uma presença constante na região, primeiro em Larantuca, na ilha vizinha das Flores, e depois na própria Timor. ROEVER, *o. cit.*, pp. 133-246.

<sup>14</sup> C. R. BOXER, *Fidalgos in the Far East, 1550-1170*, Hong Kong, Oxford University Press, 1968, pp. 72-92.

<sup>15</sup> C. R. BOXER, “Karl Marx and the Last Days of Portuguese Malacca: a Reassessment”, em C. R. Boxer, *Portuguese Conquest and Commerce in Southern Asia, 1500-1750*, Aldershot, Ashgate, 1985, artigo V, pp. 123-128.

<sup>16</sup> É interessante comparar esta situação com a das guerras luso-neerlandesas no Brasil, onde a Companhia das Índias Ocidentais neerlandesa, ou WIC (*West Indische Compagnie*)

Para além da guerra travada em terra, existia, porém, como é óbvio, a guerra naval de corso, que a VOC praticou desde o seu início, e onde não se registou nenhuma acalmia similar àquela observada para os ataques em terra entre 1608 e 1638. Através do importante levantamento das perdas de navios portugueses na Ásia feito por George Bryan de Souza, é possível constatar que, desde 1600 até 1644, não houve quase ano nenhum sem capturas de navios portugueses por neerlandeses. Verificou-se, no entanto, uma acentuada diferença na distribuição regional destas capturas, pelo menos 77% das quais se deram no Estreito de Malaca e a Leste dele, no Arquipélago Indonésio e no Extremo Oriente<sup>17</sup>. É verdade que, como vimos, três grandes esquadras neerlandesas cruzaram o Índico Ocidental em missão expressa de corso contra a navegação portuguesa em 1604-1608, no quadro da ofensiva de curta duração que a VOC lançou contra os portugueses na Ásia no período, de que fizeram também parte os cinco cercos de 1605-1608 referidos acima. Mas, como os cercos, as grandes expedições de corso da VOC ao Índico Ocidental só se começaram a repetir de maneira *continuada* nos anos 30. Até lá, a principal excepção foi uma incursão à região realizada em conjunto com a *East India Company* em 1621-1623, que, até aos anos 30, não teve, significativamente, continuidade (tratarei desta expedição em mais detalhe à frente). Ou seja, o corso da VOC foi algo que, até 1636 – quando começaram os bloqueios anuais em série de Goa – afectou sobretudo a periferia oriental do Estado, deixando largamente imune o seu centro, no Índico Ocidental, uma zona onde, até essa data, se pode dizer que os portugueses sofreram militarmente pouco às mãos dos neerlandeses, quer em terra, quer no mar.

---

– a congénere ocidental da VOC –, apesar de ter sido fundada quase vinte anos mais tarde, em 1621, desencadeou mais cedo campanhas sustentadas de conquista contra os portugueses – pelo menos logo a partir de 1630, com a tomada do Recife, em Pernambuco, depois da tomada transitória de Salvador da Baía em 1624 (e também do ataque falhado a São Jorge da Mina, na África Ocidental, em 1625). *Idem*, *The Dutch in Brazil, 1624-1654*, Oxford, Clarendon Press, 1957, pp. 1-66; H. den HELJER, *De geschiedenis van de WIC*, Zutphen, Walburg Pers, 2002 (2.ª edição, revista), pp. 35-43.

<sup>17</sup> Segundo os dados recolhidos por Bryan de Souza para toda a Ásia, entre 1600 e 1644 – quando entrou em vigor no Oriente a trégua luso-neerlandesa acordada na Europa entre Portugal e as Províncias Unidas depois da Restauração – perderam-se na Ásia 174 navios portugueses em consequência de ataques neerlandeses, o que dá uma média de 3,9 perdas por ano. Estes ataques vieram maioritariamente da VOC, mas também, em muito pequena parte, das pequenas companhias neerlandesas que a antecederam – as chamadas *voorcompagniën* – e de particulares neerlandeses – os chamados *vrijburgers* – em acções de corso. Destas 174 perdas, 134 (77,01%) deram-se comprovadamente no Estreito de Malaca e a Leste dele, sendo muito possível, porém, que o número seja maior, pois há perdas de localização incerta que provavelmente ocorreram também nas ditas áreas. G. B. SOUZA, “Commerce and Capital: Portuguese Maritime Losses in the South China Sea, 1600-1754”, em A. Teodoro Matos e L. F. F. Reis Thomaz (eds.), *As relações entre a Índia Portuguesa, a Ásia do Sueste e o Extremo Oriente – actas do VI seminário internacional de história Indo-Portuguesa (Macau, 22 a 26 de Outubro de 1991)*, Lisboa-Macau, 1993, pp. 340-347.

A ausência de conflitos luso-neerlandeses importantes no Índico Ocidental até 1636 não quer dizer, no entanto, que a Companhia não estivesse presente desde mais cedo na região. De 1614 a 1620, quatro expedições navais, todas comandadas por Pieter van den Broecke, lançaram os alicerces da presença neerlandesa na zona, que se considera consolidada em 1620, quando van den Broecke se instalou em Surate, no Guzerate, assumindo o cargo de Director do que se viria a chamar os *Westerkwartieren* da VOC, isto é a sua rede de feitorias no Noroeste da Índia, no Golfo Pérsico e na entrada do Mar Vermelho<sup>18</sup>. Até 1636, contudo, a Companhia manteve na região uma presença predominantemente não intrusiva, no que ao Estado da Índia dizia respeito. Isto não significa, de modo nenhum, que vivesse em paz com os portugueses, com os quais teve recontros pontuais. Mas pode dizer-se, contudo, que manteve em relação a eles uma postura, em regra, mais defensiva que ofensiva, pois só esporadicamente é que levou a cabo iniciativas militares importantes contra o Estado, como em 1621-1623, optando antes por concentrar-se no comércio.

Não tomou esta atitude apenas em relação ao Estado, mas também em relação aos poderes estabelecidos da região, onde não ergueu fortalezas, nem estacionou forças navais permanentes, mantendo apenas uma rede de feitorias visitadas sazonalmente pelos seus navios, que só pontualmente levaram a cabo acções de corso<sup>19</sup>. Ou seja, actuou até certo ponto como um merca-

---

<sup>18</sup> A feitoria neerlandesa de Surate – que antes funcionara brevemente entre 1604 e cerca de 1608 – foi reaberta em 1616; a partir de 1620, fundaram-se feitorias em Moca, na Arábia, em Gamron, na Pérsia, em Broach, Cambaia e Ahmadabad, no Guzerate, e em Agra, no interior do império mogol. Sobre as expedições de van den Broecke e o processo de estabelecimento na região em geral, cf. W. P. COOLHAAS (ed.), *Pieter van den Broecke in Azië*, 2 vols., 's Gravenhage, Martinus Nijhoff, 1962-1963; H. TERPSTRA, *De opkomst der Westerkwartieren van de Oost-Indische Compagnie (Suratte, Arabië, Perzië)*, 's Gravenhage, Martinus Nijhoff, 1918; M. A. MEILINK-ROELOFSZ, *De vestiging der Nederlanders ter Kuste Malabar*, 's Gravenhage, Martinus Nijhoff, 1943, pp. 48-50; H. W. van SANTEN, *De Verenigde Oost-Indische Compagnie in Gujarat en Hindustan, 1620-1660*, Leiden, 1982, pp. 8-9; C. G. BROUWER, *Cauwa ende comptanten: de Verenigde Oostindische Compagnie in Jemen / Cowha and Cash: The Dutch East India Company in Yemen*, Amsterdam, D' Fluyte Rarob, 1988, pp. 20-36.

<sup>19</sup> A principal acção de corso levada a cabo pela VOC na região contra navios não portugueses no período foi quando, em 1621, o *Samson* e o *Weesp* capturaram, à entrada do Mar Vermelho, sete navios indianos de portos portugueses ou próximos de portugueses – Diu, Dabul, Chaul e Cananor –, embora alguns deles estivesse munidos de salvo-condutos ou *cartazes* neerlandeses passados pelo feitor da VOC em Moca, na Arábia. Os resultados não foram, porém, os melhores: em Moca e em Cambaia, no Guzerate, as autoridades otomanas e mogóis, sentindo-se atingidas nos seus interesses, retaliaram apreendendo os bens das feitorias da VOC nos dois portos e prendendo o seu pessoal. O incidente conduziu à retirada da VOC de Moca, depois de anos de negociações inúteis para libertar o seu feitor do cativo, enquanto, no Guzerate, houve que pagar uma indemnização a um príncipe mogol para sanar os efeitos das capturas. A experiência convenceu a VOC, em particular o seu dirigente no Índico Ocidental, Pieter van den Broecke, de que, naquela região, o comércio e a diplomacia eram preferíveis à força, uma noção que ditou a política da Companhia na região nas décadas seguintes, em que o recurso à força foi mínimo – embora, por outro lado, ameaçasse com alguma regularidade usá-la e a consciência da força naval dos neerlandeses lhes assegurasse também um tratamento privile-

dor entre mercadores, sem recorrer por sistema à força para promover o seu comércio<sup>20</sup>.

Se olharmos para o contexto da presença neerlandesa no resto da Ásia, constatamos que este tipo de presença menos militarizada foi comum por parte da VOC fora do Arquipélago Indonésio, ou, mais precisamente, fora de Maluku, Amboíno e Banda – os três arquipélagos da Indonésia oriental produtores de especiarias raras, cujo comércio procurou monopolizar pela força – e do Noroeste de Java – onde se instalou pela força na cidade de Jacarta, para fazer dela a sua capital, renomeando-a Batávia em 1619<sup>21</sup>. O seu modo de actuação fora destes lugares, embora nem sempre excluísse o recurso à violência – e nunca excluísse a necessidade de estar prevenido para ela, com navios bem armados – esteve, por vezes, mais próximo da atitude a princípio não beligerante das pequenas companhias neerlandesas que antecederam a VOC na Ásia, as quais apenas estavam autorizadas a usar a força em legítima defesa e, por isso, no início, procuraram mais evitar os portugueses que atacá-los. Só depois o escalamento dos incidentes com portugueses e castelhanos e as aspirações monopolísticas em relação às especiarias raras indonésias ditaram uma militarização acentuada da Companhia, que se dotou de forças navais importantes e de uma rede considerável de fortalezas em Maluku, Amboíno e Banda<sup>22</sup>.

É importante, no entanto, chamar a atenção para algumas objecções que esta política de militarização suscitou no início e, sobretudo, para os limites geográficos da sua aplicação. A opção por uma política de força foi oposta *no princípio* com alguma veemência quer nas Províncias Unidas entre accionistas e dirigentes importantes da Companhia<sup>23</sup>, quer entre os seus quadros dirigentes na Ásia<sup>24</sup>, devido, por um lado, a alegadas razões morais, e, por outro, devido aos altos custos implicados. Acresce que, independentemente das objecções de princípio suscitadas pela dita política, a Companhia não possuía, nos seus primeiros tempos, os meios para aplicá-la em vários pontos da Ásia.

---

giado por parte das autoridades em relação a outros mercadores. H. TERPSTRA, *o. cit.*, pp. 79-91; A. DAS GUPTA, "Indian Merchants and the Western Indian Ocean: The Early Seventeenth Century", *Modern Asian Studies*, 19-3 (1985), pp. 481-499; C. G. BROUWER, *o. cit.*, pp. 37-50; H. W. van SANTEN, *VOC-dienaar in India – Geleynssen de Jongh in het land van de Groot-Mogol*, Franeker, Uitgeverij Van Wijnen, 2001, pp. 38-42.

<sup>20</sup> O. PRAKASH, *European Commercial Enterprise in Pre-Colonial India*, Cambridge, Cambridge University Press, 1998, pp. 124-125.

<sup>21</sup> GAASTRA, *o. cit.*, pp. 37-39; L. BLUSSÉ, "De Chinese nachtmerrie – Een terugtocht en twee nederlagen", em G. Knaap e G. Teitler (eds.), *De Verenigde Oost-Indische Compagnie tussen oorlog en diplomatie*, Leiden: KITLV Uitgeverij, 2002, pp. 209-211.

<sup>22</sup> BLUSSÉ e WINIUS, *o. cit.*, pp. 73-77; VEEN, *o. cit.*, pp. 177-187.

<sup>23</sup> VEEN, *o. cit.*, pp. 151-156; M. J. van ITTERSUM, *Profit and Principle – Hugo Grotius, Natural Rights Theories and the Rise of Dutch Power in the East Indies, 1595-1615*, Leiden-Boston, Brill, 2006, pp. 118-122.

<sup>24</sup> M. A. P. MEILINK-ROELOFSZ, *Asian Trade and European Influence in the Indonesian Archipelago between 1500 and about 1630*, 's Gravenhage, Martinus Nijhoff, 1962, pp. 196-198.

É verdade que, na sua primeira década de existência, uma época de experimentação e de clarificação de prioridades, a VOC mostrou, como vimos, veleidades de levar a cabo uma ofensiva em grande escala contra o Estado da Índia no Índico Ocidental e no Estreito de Malaca, bloqueando brevemente Goa (em 1604, 1607 e 1608), cercando sem sucesso Malaca (1606) e Moçambique (1607 e 1608) e firmando, além disso, ambiciosas alianças anti-portuguesas com inimigos tradicionais do Estado da Índia como o reino de Calecute, no Malabar, na costa ocidental da Índia, e o sultanato de Johor, na península malaia<sup>25</sup>. Mas, quando as suas medidas monopolísticas no Arquipélago Indonésio enfrentaram a resistência quer de indonésios, quer de castelhanos e ingleses, teve de concentrar os seus ainda escassos recursos nas regiões para ela mais prioritárias: os pequenos arquipélagos da Indonésia Oriental produtores de especiarias raras e também o Noroeste de Java, onde em 1619 fundou a sua capital, Batávia<sup>26</sup>.

Ora, nestas regiões, os portugueses, desde a sua expulsão de Tidore e de Amboíno em 1605, não foram uma ameaça, ao contrário dos castelhanos das Filipinas, por um lado, e da *East India Company*, por outro, os quais, na segunda e terceira décadas do século XVII, podem ser considerados os inimigos europeus mais importantes da Companhia, à frente do Estado da Índia. Os castelhanos, em primeiro lugar, em Maluku, onde, depois da expulsão dos portugueses da região pela VOC em 1605, estabeleceram uma rede de fortalezas próximas das dos neerlandeses<sup>27</sup>; em segundo lugar, nas Filipinas, em Manila, que a VOC bloqueou sistematicamente durante as segunda e terceira décadas do século XVII, mais do que qualquer porto do Estado da Índia<sup>28</sup>. Os ingleses, sobretudo em Banda, onde foram os principais oponentes das medidas monopolísticas da VOC até uma aliança acordada entre ambas as companhias na Europa em 1619 ter vindo pôr termo às hostilidades<sup>29</sup>.

---

<sup>25</sup> Para os tratados firmados pela VOC com Calecute e Johor, veja-se J. E. HEERES (ed.), *Corpus Diplomaticum Neerlandico-Indicum*, vol. I, 's Gravenhage, Martinus Nijhoff, 1907, pp. 30-31, 41-45, 47-48, 53-54, 544-546. Para as alianças no final inconsequentes da Companhia com ambos os reinos, ver, para Calecute, A. MURTEIRA, "A Carreira da Índia e as incursões neerlandesas no Índico Ocidental e em águas ibéricas de 1604-1608", em J. P. Oliveira e Costa e V. L. Gaspar Rodrigues (eds.), *O Estado da Índia e os desafios europeus – Actas do XII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, Lisboa, CHAM-CEPCEP, 2010, pp. 464, 480-481 e 492-493, e, para Johor, P. BORSCHBERG, "Portuguese, Spanish and Dutch Plans to Construct a Fort in the Straits of Singapore, ca. 1584-1625", *Archipel*, 65 (2003), pp. 55-88; e do mesmo autor, "Luso-Johor-Dutch Relations in the Straits of Malacca and Singapore, c. 1600-1623", *Itinerario*, 28-2 (2004), pp. 15-44.

<sup>26</sup> BLUSSÉ e WINIUS, *o. cit.*, pp. 73-81; GAASTRA, *o. cit.*, pp. 39-46, 56.

<sup>27</sup> L. BLUSSÉ e J. de MOOR, *Nederlanders overzee: de eerste vijftig jaar, 1600-1650*, Franeker, T. Wever, 1983, pp. 135-137.

<sup>28</sup> A. SLOOS, *De Nederlanders in de Philippijnsche Wateren vóór 1626*, Amsterdam, J. H. de Wit, 1898, pp. 34-101; VEEN, *o. cit.*, pp. 187-194.

<sup>29</sup> V. C. LOTH, "Armed Incidents and Unpaid Bills: Anglo-Dutch Rivalry in the Banda Islands in the Seventeenth Century", em *Modern Asian Studies*, 29-4 (1995), pp. 705-740.

A VOC só se sentiu suficientemente forte para levar a cabo intervenções armadas *prolongadas* fora do Arquipélago Indonésio e das vizinhas Filipinas nos anos 20, quando tentou tomar pelas armas o acesso ao mercado vedado do império chinês. Depois de falhar a conquista de Macau em 1622, como já vimos, tentou durante dois anos instalar-se no arquipélago de Pescadores, ao largo da região do Fukien, donde, porém, as autoridades chinesas a forçaram, em 1624, a mudar-se para Taiwan, fora da China. Os anos seguintes foram gastos na tentativa fútil de impor pela força ao império chinês os termos do comércio sino-neerlandês. A inutilidade do exercício foi reconhecida em 1633-1634, optando então a Companhia por resignar-se ao comércio pacífico feito, sim, nos termos ditados pelos chineses<sup>30</sup>.

As prioridades da VOC no Arquipélago Indonésio e, a partir dos anos 20, na China, mantiveram-na afastada de aventuras militares prolongadas no Índico Ocidental até aos anos 30, depois da breve ofensiva de 1604-1608<sup>31</sup>. Neste período, fora do Arquipélago e da China, a Companhia esteve militarmente presente sobretudo nas Filipinas, bloqueando repetidamente Manila entre 1616 e 1625, sozinha ou, em 1621-1622, em cooperação com a *East India Company*<sup>32</sup>. Estas intervenções, além de permitirem praticar o curso contra a navegação chinesa para as Filipinas, visavam também servir os interesses da VOC em Maluku e na China, pois propunham-se, por um lado, perturbar o abastecimento das posições castelhanas em Maluku, e, por outro, perturbar o comércio chinês com Manila, que os neerlandeses queriam chamar a si.

A incapacidade ou inapetência da VOC para atacar continuamente o Estado da Índia no Índico Ocidental depois de 1604-1608 foi correspondida por uma incapacidade ou uma inapetência similar do Estado para atacar continuamente a VOC na Ásia do Sueste depois da primeira década do século XVII. Quando os neerlandeses começaram a aparecer no Oriente, Goa enviou, em menos de dez anos, três armadas com navios de alto bordo à Ásia do Sueste para tentar expulsá-los: em 1597-1599, sob o comando de Lourenço de Brito<sup>33</sup>, em 1601-1603, sob as ordens de André Furtado de

---

<sup>30</sup> BLUSSÉ e MOOR, *o. cit.*, pp. 208-223; L. BLUSSÉ e F.-J. van LUYN, *China en de Nederlanders – geschiedenis van de Nederlands-Chinese betrekkingen, 1600-2007*, Zutphen, Walburg Pers, 2008, pp. 49-57; BLUSSÉ, “De Chinese nachtmerrrie”, pp. 211-226.

<sup>31</sup> BLUSSÉ e WINIUS, *o. cit.*, pp. 73-81; GAASTRA, *o. cit.*, p. 56.

<sup>32</sup> P. van DYKE, “The Anglo-Dutch Fleet of Defense (1620-1622): Prelude to the Dutch Occupation of Taiwan”, em L. Blussé (ed.), *Around and about Formosa: Essays in Honor of Professor Ts’ao Yung-ho*, Taipei, Ts’ao Yung-ho Foundation for Culture and Education, 2003, pp. 61-81.

<sup>33</sup> P. J. de Sousa PINTO, *Portugueses e malaiois: Malaca e os sultanatos de Johor e Achem, 1575-1619*, Lisboa: Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 1997, pp. 116-117; M. LOBATO, *Política e comércio dos portugueses na Insulíndia: Malaca e as Molucas de 1575 a 1605*, Macau, Instituto Português do Oriente, 1999, pp. 338-340.

Mendonça<sup>34</sup>; em 1606, com um Vice-Rei em pessoa no comando, Martim Afonso de Castro<sup>35</sup>. Todas as expedições falharam no seu objectivo, tendo a última resultado, inclusive, na destruição de parte da armada às mãos dos neerlandeses e na morte do Vice-Rei em Malaca por doença.

Depois de 1606, pelo contrário, só houve duas expedições similares enviadas à região: em 1615, quatro galeões foram expedidos de Goa para se reunir a uma armada castelhana que se preparava nas Filipinas para atacar os neerlandeses, mas uma esquadra da VOC interceptou-os e destruiu-os em Malaca<sup>36</sup>; e, em 1629, uma armada de navios ligeiros mandada descercar Malaca do assédio do sultanato de Achém à cidade, aproveitou, finda a missão, para atacar uma frota neerlandesa em Jambi, Samatra, ataque de que resultou a morte do seu prestigiado capitão, Nuno Álvares Botelho<sup>37</sup>. Os intuitos ofensivos dos portugueses em relação à VOC neste período concentraram-se sobretudo na costa do Coromandel, no Sudeste da Índia, para onde enviaram periodicamente armadas incumbidas infligir danos aos neerlandeses instalados em Paleacate, sempre com pouco sucesso<sup>38</sup>. É importante notar, no entanto, que estas armadas, como a que foi a Malaca e a Djambi em 1629, já só se compunham de navios ligeiros, faltando-lhes os galeões das

---

<sup>34</sup> C. R. BOXER e F. de VASCONCELOS, *André Furtado de Mendonça*, Macau, Fundação Oriente – Centro de Estudos Marítimos de Macau, 1989, pp. 37-54; PINTO, *o. cit.*, pp. 117-119; LOBATO, *o. cit.*, pp. 347-349.

<sup>35</sup> C. R. BOXER, “The Affair of the ‘Madre de Deus’ (A Chapter in the History of the Portuguese in Japan)”, em C. R. BOXER, *Portuguese Merchants and Missionaries in Feudal Japan, 1543-1640*, Aldershot, Ashgate, 1986, artigo I, pp. 23-28; PINTO, *o. cit.*, pp. 121-124; LOBATO, *o. cit.*, pp. 351-353.

<sup>36</sup> Em resultado da destruição deste contingente, a grande armada do governador das Filipinas, Juan da Silva, quando chegou a Malaca, já em 1616, não pôde receber a desejada ajuda lusitana e, depois da morte do governador por doença, regressou a Manila sem ter tentado nada contra as forças da VOC, como se planeava. Um eficiente ataque preventivo neerlandês fez assim com que se baldasse a possibilidade de uma junção de forças luso-castelhanas na Ásia comparável em escala àquela posta em prática mais tarde no Atlântico com as três grandes armadas luso-castelhanas de auxílio ao Brasil que reconquistaram Salvador da Baía em 1625 e socorreram Pernambuco em 1631 e 1639. Mas a incapacidade do lado português de mobilizar para a Ásia do Sueste recursos navais comparáveis aos que mobilizara durante a primeira década do século contribuiu também para o falhanço da junção de forças, pois uma armada maior teria sido de certeza mais difícil de destruir: P. A. TIELE (ed.), *Bouwstoffen voor de geschiedenis der Nederlanders in den Maleischen Archipel*, vol. I. ‘s Gravenhage, Martinus Nijhoff, 1886, pp. 118-130; R. A. de Bulhão PATO (ed.), *Documentos remetidos da Índia ou Livros das Monções*, vol. IV, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1893, pp. 63-64; W. P. COOLHAAS (ed.), *Jan Pietersz. Coen – bescheiden omtrent zijn bedrijf in Indië*, vol. VII, tomo I, ‘s-Gravenhage, Martinus Nijhoff, 1952, pp. 63-69; PINTO, *o. cit.*, pp. 131-132; P. BORSCHBERG, “Security, VOC Penetration and Luso-Spanish Co-operation: The Armada of Philippine Governor Juan de Silva in the Straits of Singapore, 1616”, em P. Borschberg (ed.), *Iberians in the Singapore-Melaka Area and Adjacent Regions (16<sup>th</sup> to 18<sup>th</sup> Century)*, Wiesbaden-Lisboa, Harrassowitz Verlag-Fundação Oriente, 2004, pp. 47-61.

<sup>37</sup> C. R. BOXER, “The Achinese Attack on Malacca in 1629, as Described in Contemporary Portuguese Sources”, em Boxer, *Portuguese Conquest*, artigo IV, pp. 105-121.

<sup>38</sup> SUBRAHMANYAM, “A empresa”, pp. 210-218.

grandes armadas enviadas ao Arquipélago Indonésio em 1597-1606 e ainda em 1615.

Esta incapacidade de expedir forças navais de vulto para leste de Ceilão explica-se, em boa parte, pela situação no Índico Ocidental resultante do estabelecimento da *East India Company* inglesa na região e da crise que provocou entre o Estado da Índia e o Império Mogol, na Índia, primeiro, e o Império Safávida, na Pérsia, depois. Durante a primeira década do séc. XVII, o principal desafio europeu aos lusos na Ásia fora a instalação dos neerlandeses no Arquipélago Indonésio, donde eles os tentaram sem sucesso remover através das três expedições à Ásia do Sueste de 1597-1606 referidas em cima. Na segunda década do século, porém, o Estado sentiu-se ameaçado mais próximo de casa, quando a *East India Company* inglesa logrou estabelecer uma feitoria e uma ligação regular ao porto mogol de Surate, no Noroeste da Índia, humilhanamente próximo de Goa e de outras posições portuguesas na região<sup>39</sup>. E, onde as principais expedições navais portuguesas da primeira década haviam sido, como vimos, à Ásia do Sueste, as da segunda foram precisamente ao Noroeste da Índia, onde, em 1612 e 1615, duas armadas lusas tentaram sem sucesso expulsar os navios ingleses em dois recontros navais inconclusivos, com a humilhação suplementar de a armada de 1615 ter sido comandada pelo próprio Vice-Rei<sup>40</sup>. Para piorar a situação, as tentativas portuguesas de pressionar o Império Mogol a negar o acesso dos ingleses a Surate criaram um perigoso conflito luso-mogol em 1613-1615, que só não teve consequências mais graves devido à recusa inglesa de colaborar com os mogóis no ataque a praças portuguesas<sup>41</sup>. E sete anos mais tarde, em 1622, pressões bem mais insistentes do Império Safávida conseguiram induzir uma esquadra inglesa no Golfo Pérsico a apoiar a conquista persa do protectorado português de Ormuz, infligindo um golpe de grande gravidade ao Estado da Índia<sup>42</sup>. Esta sucessão de acontecimentos no Índico Ocidental desde a segunda década de Seiscentos constrangeu a capacidade dos portugueses de mobilizarem recursos militares para expedições à Ásia do Sueste, onde a VOC foi assim deixada largamente em paz.

---

<sup>39</sup> W. FOSTER, *England's Quest of Eastern Trade*, London, Adam&Charles Black, 1933, pp. 184-196, 234-242; H. FURBER, *Rival Empires of Trade in the Orient, 1600-1800*, Minneapolis, University of Minnesota Press, 1976, pp. 39-40; K. R. ANDREWS, *Trade, Plunder and Settlement – Maritime Enterprise and the Genesis of the British Empire, 1480-1630*, New York-Cambridge, Cambridge University Press, 1984, pp. 270-272; P. J. MARSHALL, "The English in Asia to 1700", em N. Canny (ed.), *The Oxford History of the British Empire – The Origins of Empire*, Oxford-New York, Oxford University Press, 1998, pp. 271-273.

<sup>40</sup> Como a última e maior armada à Ásia do Sueste, em 1606, fora também capitaneada pelo próprio Vice-Rei da altura.

<sup>41</sup> FOSTER, *o. cit.*, pp. 240-242; FURBER, *o. cit.*, pp. 39-40; J. FLORES, *Firangistân e Hindustân – o Estado da Índia e os confins meridionais do império mogol (1572-1636)*, tese de Doutorado, Universidade Nova de Lisboa, 2004, pp. 239-265.

<sup>42</sup> FOSTER, *o. cit.*, pp. 306-313; C. R. BOXER, "Anglo-Portuguese Rivalry in the Persian Gulf, 1615-1635", em C. R. BOXER, *Portuguese Conquest*, artigo I, pp. 73-87; R. M. LOUREIRO, D. COUTO, *Ormuz, 1507 e 1622 – conquista e perda*, Lisboa, Tribuna da História, 2007, pp. 96-107.

Temos, portanto, que, entre 1608 e 1636, o conflito luso-neerlandês na Ásia foi quase sempre o que se pode chamar um conflito localizado de baixa intensidade, assente sobretudo no curso praticado pela VOC no Estreito de Malaca e a leste dele, ou seja na periferia do Estado da Índia. A VOC durante o período pode ser assim definida, em balanço, como um inimigo predominantemente periférico do Estado, podendo, inversamente, dizer-se o mesmo do Estado em relação à VOC. Esta definição deve ser, porém, qualificada pela existência de hesitações e mudanças na política da Companhia em relação aos portugueses, que não teve, até aos anos 30, nada de unilinear<sup>43</sup>. Assim, detectam-se nela veleidades recorrentes de atacá-los no Índico Ocidental, opção que foi ensaiada algumas vezes – as mais importantes das quais, como vimos, em 1604-1608 e 1621-1623 –, mas que só depois de 1636 se traduziu numa política consequente, com um comprometimento efectivo e duradouro de recursos.

Apesar disto, entendo que a “viragem” de 1636 foi algo que não deve ser visto como um desfecho pré-determinado desde 1600: isto é, apesar de representar também o cumprimento de veleidades antigas, isso não a torna um corolário inevitável do que está atrás. Foi, por um lado, resultado de uma escolha, tomada na Ásia pelo Governador-geral Antonio van Diemen e pelo seu conselho, o *Hoge Regering*, escolha esta que foi, na altura, debatida e contestada pelos directores da Companhia na Europa, os *Heren XVII*, prova que não havia nada de unânime e inevitável nela<sup>44</sup>. Por outro lado, foi produto de circunstâncias próprias dos anos 30, marcados pelo fortalecimento da VOC e pelo enfraquecimento paralelo do Estado da Índia.

De facto, a década de 30 foi quando, depois de um início difícil, as receitas da VOC passaram a crescer acentuadamente, subindo com isso muito o número de navios neerlandeses enviados da Europa para a Ásia<sup>45</sup>. Paralelamente, as receitas do Estado da Índia estavam em declínio desde pelo menos a segunda década do século XVII, como estavam em declínio também, desde a segunda metade dos anos 20, as remessas de homens e navios que recebia da Europa<sup>46</sup>. Ou seja, quando a VOC lançou nos anos 30 a ofensiva sustentada contra o Estado que esboçara e abandonara na primeira década do século, a relação de forças era completamente distinta da que fora então<sup>47</sup>.

---

<sup>43</sup> VEEN, *o. cit.*, p. 205.

<sup>44</sup> *Ibidem*, pp. 199-202.

<sup>45</sup> *Ibidem*, pp. 170-171.

<sup>46</sup> J. M. de Almeida Teles e CUNHA, *Economia de um império. Economia política do Estado da Índia em torno do Mar Árábico e Golfo Pérsico. Elementos conjunturais: 1595-1635*, tese de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, 1995, pp. 315-365; F. BETHENCOURT, “Configurações do Império”, em F. Bethencourt e K. Chaudhuri (eds.), *História da Expansão Portuguesa*, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, pp. 294-303.

<sup>47</sup> É verdade que foi também importante o contexto regional vivido nos anos 30, com, entre outras coisas, o agudizar da situação dos portugueses na sua guerra em Ceilão com o reino de Kandy e o convite deste à VOC para celebrar uma aliança anti-portuguesa. Foi igual-

## 2. A East India Company e a aliança das companhias

Chegados aqui, interessa comparar brevemente a posição da companhia neerlandesa face ao Estado da Índia no século XVII com a da sua congénere inglesa. À primeira vista, a *East India Company*, que, como a VOC, chegou à Ásia no princípio do século XVII, exemplifica, na primeira metade do século XVII, o que a VOC podia ter sido se não tivesse passado pelo processo de acentuada militarização referido acima: trata-se de uma companhia que recorre então à força sobretudo para se defender<sup>48</sup>, pois pratica um comércio sem intuítos monopolísticos e, segundo os números de George Bryan de Souza indicam, também não praticou nunca o curso contra portugueses de modo sistemático<sup>49</sup>. Acresce que, como já vimos, na Europa, a sua situação é distinta da VOC, pois foi fundada em 1600 e logo em 1604 a Inglaterra assinou a paz com a Monarquia Hispânica, que durante o período da União Ibérica só voltou a ser quebrada durante o breve período de 1625-1630. Assim, o enfrentamento principal entre a companhia inglesa e o Estado da Índia foi a sua luta na segunda década do século XVII para assegurar o estabelecimento de uma rede de feitorias no noroeste da Índia, um conflito em que os ingleses se limitaram, em grosso, a defender-se com êxito dos ataques navais com que os portugueses tentaram expulsá-los da região, enviando, em 1612 e 1615, como já vimos, duas armadas de navios de alto bordo a Surate

---

mente útil à Companhia a autorização recebida do sultanato de Bijapur para estabelecer em Vengurla, perto de Goa, uma feitoria que funcionasse como ponto de apoio aos bloqueios da capital do Estado da Índia pelas esquadras neerlandesas. E, fora do Índico Ocidental, a ajuda do sultanato de Johor pesou também no sucesso do cerco de Malaca em 1641. É consensual hoje na historiografia que os êxitos da VOC contra o Estado da Índia requereram a existência de aliados e de um contexto local propício, como têm sublinhado Sanjay Subrahmanyam e Ernst van Veen. Mas pode dizer-se também que, sendo tal uma condição necessária, não parece ter sido, por si só, uma condição suficiente. Isto porque, antes dos anos 30, a Companhia também teve alianças e propostas de aliança contra o Estado, as quais deixou então cair. Assim, a aliança com Calecute, firmada por Steven van der Hagen em 1604 e reconfirmada por Willem Verhoeff em 1608, Cornelis Jacobszoon van Breekveld e Hans Bullard em 1610, e Herman van Speult em 1626, nunca teve tradução prática. E também não foi dado seguimento à proposta do sultão de Bijapur em 1623 aos comandantes da esquadra anglo-neerlandesa então presente em Goa para se discutir um ataque conjunto à capital do estado da Índia. Sem falar da aliança entre a VOC e Johor, que tão importante foi na primeira década de Seiscentos, mas, depois de 1615, parece ter caído no esquecimento até à sua reanimação em 1641. J. E. HEERES, *o. cit.*, pp. 30-31, 53-54, 205-208, 544-546. W. FOSTER (ed.), *The English Factories in India, 1622-1623; a Calendar of Documents in the India office and British Museum*, Oxford, Clarendon Press, 1908, pp. 214-215; S. SUBRAHMANYAM, *The Portuguese Empire*, pp. 164-177, 179-180; VEEN, *o. cit.*, pp. 217-223, 225-226; BORSCHBERG, "Luso-Johor-Dutch Relations", pp. 31-32.

<sup>48</sup> D. K. BASSETT, "Early English Trade and Settlement in Asia, 1602-1690", em J. S. Bromley e E. H. Kossman (eds.), *Britain and the Netherlands in Europe and Asia*, London, Macmillan, 1968, pp. 83-109; ANDREWS, *o. cit.*, 1984, p. 277.

<sup>49</sup> Bryan de Souza contabiliza apenas oito perdas de navios portugueses em consequência de ataques ingleses na Ásia desde 1600, uma diferença considerável em relação às 174 perdas resultantes de ataques neerlandeses só no período 1600-1644. SOUZA, *o. cit.*, pp. 340-347.

para atacá-los, das duas vezes sem sucesso<sup>50</sup>. Significativamente, recusaram adoptar então uma actuação mais ofensiva através de campanhas sistemáticas de corso comparáveis às dos neerlandeses em 1604-1608, ou de ataques a fortalezas portuguesas, como quando recusaram, em 1615, um convite do império mogol para um ataque conjunto a Damão<sup>51</sup>. A sua presença em todo o Índico Ocidental durante esta primeira metade do século XVII limitou-se a um punhado de feitorias em terra, visitadas sazonalmente por navios, isto é, pela ausência de fortalezas e de forças navais permanentes, como vimos que também foi o caso da VOC. É significativo, aliás, que esta se tenha começado a estabelecer na região por volta de 1615, claramente inspirada pelo exemplo da companhia inglesa<sup>52</sup>, cujo modo de actuação predominantemente mercantil ao princípio copiou.

Tal como vimos, porém, que a VOC não teve durante as suas primeiras décadas uma política completamente coerente em relação ao Estado da Índia, não se pode também dizer que a *East India Company* a tenha tido. Onde a companhia neerlandesa oscilou até 1636 entre veleidades recorrentes de atacar os portugueses em grande escala no Índico Ocidental e em Malaca e a opção de, pelo contrário, deixá-los largamente em paz a Oeste de Malaca, a sua congénere inglesa vacilou similarmente entre atitudes exclusivamente defensivas e iniciativas ofensivas, como quando, depois de muito pressionada pelo império safávida, acedeu a apoiar os persas na conquista de Ormuz, em 1622, no Golfo Pérsico<sup>53</sup>.

O outro caso importante em que a companhia inglesa adoptou uma política claramente ofensiva contra o Estado da Índia foi quando se aliou brevemente aos neerlandeses para levar a cabo uma guerra de corso sistemática contra a navegação ibérica na Ásia, ente 1620 e 1623. A origem da iniciativa remonta à aliança anti-ibérica firmada entre a VOC e a *East India Company* em Junho de 1619 – um acordo forjado na Europa, completamente à revelia dos representantes das duas companhias na Ásia<sup>54</sup>. Aliás, quando lá chegaram as ordens para aplicá-lo, na Primavera de 1620, as ditas companhias, pouco propiciamente, guerreavam-se com fervor, pois, como já vimos, as pretensões monopolísticas neerlandesas sobre o comércio com os arquipélagos indonésios de Maluku, Amboíno e especialmente Banda eram fonte de tensões que, em 1618, tinham degenerado em guerra aberta. O acordo desagradou muito às autoridades neerlandesas no Oriente, pois obrigava-as a ceder à rival inglesa um terço das especiarias de Maluku, Amboíno e Banda

<sup>50</sup> Cf. nota 39.

<sup>51</sup> Cf. nota 41.

<sup>52</sup> SANTEN, *o. cit.*, p. 8.

<sup>53</sup> Convém, no entanto, notar que não foi uma decisão tomada na Europa, mas sim pelos dirigentes da Companhia no local, sob forte pressão de um grande poder asiático, e da qual não resultou nenhum ganho territorial para os ingleses na Ásia, pois Ormuz ficou nas mãos do império persa. Cf. nota 42.

<sup>54</sup> LOTH, *o. cit.*, pp. 721-722.

e a partilhar a meias com ela a pimenta de Java<sup>55</sup>. Viam-se assim coagidas a abrir mão da sua tradicional política monopolística na Indonésia Oriental justamente quando a guerra contra os seus concorrentes norte-europeus lhes estava até a correr bastante bem<sup>56</sup>.

Apesar do descontentamento neerlandês com a aliança, realizaram-se duas expedições navais conjuntas contra alvos ibéricos. O acordo anglo-neerlandês de 1619 previa a constituição de duas esquadras conjuntas, uma para atacar o comércio português e espanhol na Ásia Oriental, outra para atingir o comércio português na Índia, devendo ambas ser armadas a meias pelas duas companhias<sup>57</sup>. A primeira foi aprestada logo em 1620 e compunha-se de dez navios de alto bordo, cinco neerlandeses e cinco ingleses. Começou a operar em Junho desse ano, dando caça à navegação portuguesa entre Macau e o Japão. Manteve-se em actividade no Extremo Oriente até ao Verão de 1622, bloqueando Manila em 1621 e 1622<sup>58</sup>.

Quanto à outra esquadra, sofreu desde o início com as dificuldades da companhia inglesa em manter a paridade naval acordada. Assim, a esquadra que partiu de Batávia a 18 de Outubro de 1621, sob o comando do neerlandês Jacob Dedel, compunha-se de onze navios, sete neerlandeses e quatro ingleses<sup>59</sup>. Além de ter sido feita em parceria com a companhia inglesa, esta expedição de 1621-1623 distinguiu-se das expedições de corso da VOC de 1604-1608 por ter sido levada a cabo por uma esquadra partida de Batávia propositadamente para o efeito – e não, como em 1604-1608, por esquadras partidas da Europa para a Ásia do Sueste que, no caminho, se detiveram no Índico Ocidental para um desvio corsário de relativa curta duração. Isto concedeu a Dedel mais tempo de actuação e permitiu-lhe assim fazer o que os seus predecessores nunca tinham tido tempo para tentar: bloquear a barra de Goa durante quatro meses, impedindo a partida de navios para Portugal na época ordinária, durante a monção de Nordeste, que findava por volta do

---

<sup>55</sup> FURBER, *o. cit.*, p. 44; LOTH, *o. cit.*, p. 722.

<sup>56</sup> W. FOSTER (ed.), *The English Factories in India, 1618-1621; a Calendar of Documents in the India Office, British Museum and Public Record Office*, Oxford, Clarendon Press, 1906, pp. XXXVIII-XLIV.

<sup>57</sup> LOTH, *o. cit.*, p. 722; DYKE, *o. cit.*, p. 63.

<sup>58</sup> Quer em 1620, quer em 1621, a esquadra invernou durante a segunda metade do ano em Hirado, no Japão, e, das duas vezes, partiu em seguida para ir bloquear Manila durante a primeira parte do ano seguinte. Em Junho de 1622, estava em Macau, onde se lhe reuniu uma esquadra neerlandesa enviada de Batávia para tentar a conquista da cidade. Os navios neerlandeses da esquadra conjunta apoiaram-na na empresa, que terminou numa derrota famosa. Os ingleses, contudo, mantiveram-se à parte, preferindo regressar ao Japão e deixando apenas um navio em Macau com os seus aliados. Pouco depois, chegaram a Hirado ordens de Batávia para dissolver a esquadra, o que foi feito formalmente em Agosto de 1622, DYKE, *o. cit.*, pp. 61-81.

<sup>59</sup> H. T. COLENBRANDER, (ed.), *Jan Pietersz. Coen – Bescheiden omtrent zijn bedrijf in Indië*, vol. IV, 's Gravenhage, Martinus Nijhoff, 1922, pp. 50-67. Para uma descrição detalhada desta expedição, A. MURTEIRA, "Ingleses e neerlandeses contra a Carreira da Índia no Índico Ocidental, 1621-1623", em *Oriente*, 19 (Outono de 2008), pp. 3-26.

fim de Março.

Por tudo isto, não há dúvida de que os portugueses poderiam ter sofrido muito se a expedição se tivesse repetido nos anos seguintes. Felizmente para eles, não se repetiu. As discussões em Batávia sobre o envio de uma segunda esquadra conjunta a Goa começaram quando a primeira ainda não voltara, em Março de 1623, e prolongaram-se durante meses, acabando por se cancelar o projecto devido à oposição inglesa<sup>60</sup>. Não se cumpriu assim o propósito de enviar outra esquadra à costa ocidental indiana em 1623. As conversações continuaram no ano seguinte, mas novamente sem resultados nenhuns<sup>61</sup>.

O famoso “massacre” de Amboíno de 1623, em que alguns ingleses foram executados pela VOC, não ajudou a compor as relações entre as duas companhias, cuja aliança não durou muito mais tempo. A expedição de Dedel terminou, portanto, por ser a primeira e última do seu género.

Mais que o incidente de Amboíno, a razão principal da vida breve da aliança foi a incapacidade da companhia inglesa de sustentar o esforço financeiro exigido, e que quase a levou à falência, obrigando-a a evacuar a quase totalidade das suas feitorias no Sudeste Asiático<sup>62</sup>. Isto deixou bem patente a já então evidente diferença de recursos disponíveis entre as duas companhias, que se iria acentuar nos anos seguintes e que seria decisiva para a política por elas adoptada no futuro em relação ao Estado da Índia, constringendo a empobrecida organização inglesa a uma posição cada vez mais exclusivamente defensiva, enquanto, pelo contrário, a sua congénere neerlandesa via os seus rendimentos aumentarem e com eles a sua liberdade para actuar ofensivamente contra os portugueses<sup>63</sup>.

Os anos 20 e 30 foram, de facto, difíceis para a companhia inglesa, que viu desde 1620 a sua situação económica piorar<sup>64</sup>, como já vimos que vinha acontecendo também com o Estado da Índia. Em 1635, quando a VOC, que,

<sup>60</sup> FOSTER, *The English factories in India, 1622-1623*, pp. 334-339; W. P. COOLHAAS (ed.), *Generale missiven van Gouverneurs-Generaal en Raden aan Heren XVII der Verenigde Oostindische Compagnie*, vol. I, 's Gravenhage, Martinus Nijhoff, 1960, pp. 142-143.

<sup>61</sup> Em Outubro de 1624, as duas companhias ainda discutiam, inconclusivamente, a possibilidade de retomarem a aliança e as operações conjuntas. J. E. HEERES (ed.), *Dagh-register gehouden int Casteel Batávia van passerende daer plaetse als over geheel Nederlandts-India, anno 1624-1629*, 's Gravenhage, Martinus Nijhoff, 1896, pp. 89-90.

<sup>62</sup> BASSETT, *o. cit.*, pp. 90-91; LOTH, *o. cit.*, pp. 728-736; DYKE, *o. cit.*, pp. 61-62.

<sup>63</sup> É interessante notar que, cessando embora de cooperar com a VOC em operações ofensivas contra o Estado da Índia depois de 1623, a *East India Company* colaborou com a sua congénere neerlandesa na segunda metade da década de 20 na defesa contra a armada de alto bordo de Nuno Álvares Botelho, que, desde a sua chegada à Ásia em 1624, ameaçou, por um tempo, a segurança da navegação das companhias no Índico Ocidental. É também digno de atenção o facto de que, na segunda metade dos anos 20, a companhia inglesa prescindiu de actuar ofensivamente não apenas contra os portugueses, mas também contra a navegação indiana, depois de uma série de represálias navais sobre navios indianos em 1621-1624 ter resultado em retaliações sobre o seu pessoal em terra em Surate, obrigando-a a ter de pagar compensações e levando-a assim a desistir da prática das represálias por mais de trinta anos. BASSETT, *o. cit.*, pp. 91 e 96.

<sup>64</sup> MARSHALL, *o. cit.*, p. 274.

pelo contrário, enriquecia então de ano para ano, se preparava para enviar regularmente grandes esquadras ao Índico Ocidental para bloquear Goa, a *East India Company* assinou um acordo de paz com o Estado da Índia, negociado pelos representantes da companhia na Ásia e pelas autoridades portuguesas de Goa, à revelia dos seus superiores na Europa<sup>65</sup>. Ou seja, a companhia inglesa, que, nos anos precedentes, vacilara entre políticas ofensivas e defensivas em relação aos portugueses, optou, em 1635, como a sua congénere neerlandesa pela mesma altura, por clarificar de vez a sua política em relação ao Estado da Índia. Optou, no entanto, pelo rumo oposto, isto é, pela coexistência pacífica em vez da guerra ofensiva em larga escala iniciada então pela VOC.

---

<sup>65</sup> A. DISNEY, *Twilight of the Pepper Empire – Portuguese Trade in Southwest India in the Early Seventeenth Century*, Cambridge, Massachussets, Harvard University Press, 1978, pp. 149-154. Dois anos antes, recusara significativamente um convite da VOC para atacar conjuntamente os portugueses no Malabar. FURBER, *o. cit.*, p. 53.